

Editorial

RBPAE, 25 anos de caminhada: e a trilha continua

RBPAE, a 25-years journey: and the trail continues

RBPAE, 25 años de caminata: y la senda continúa

Chega aos leitores o volume 25 da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), portadora de 25 anos de atividades de socialização do conhecimento e de intervenção especializada no campo da política e da gestão da educação no Brasil. Antes de tudo, queremos compartilhar os méritos intelectuais deste projeto editorial com os fundadores da revista nos idos de 1983, com os sucessivos editores e conselheiros editoriais, com nossos autores e leitores e com todos os dirigentes e associados da ANPAE ao longo dos anos.

Os organizadores do XXIV Simpósio Brasileiro e III Congresso Interamericano da ANPAE, a realizar-se de 12 a 14 de agosto de 2009, em Vitória, no Espírito Santo, reservaram um espaço para comemorar o vigésimo quinto aniversário de nosso periódico acadêmico-científico. Será ocasião propícia para avaliarmos e celebrarmos a sua contribuição à construção do pensamento pedagógico brasileiro e para renovarmos nosso compromisso histórico com a produção e socialização do conhecimento no campo das políticas públicas e da gestão democrática da educação no Brasil.

Os três números do volume 25 da RBPAE, distribuídos em 2009, serão dedicados à comemoração do aniversário da revista. Os números um e três acolhem artigos regularmente submetidos à editoria da revista e aprovados pelos nossos conselheiros editoriais e consultores especializados. O segundo número é um número temático que acolhe contribuições sobre políticas e programas para a educação básica brasileira nos anos 2000, de autoria de especialistas convidados.

Parte substancial do presente número se dedica à educação superior, incluindo as seções Entrevista e Documentos, e guarda relação com a efervescência intelectual associada à Conferência Mundial de Educação Superior da UNESCO, cujos debates girarão em torno da *nova dinâmica da educação superior*, e que se realizará em Paris, no período de 6 a 8 de julho de 2009. No âmbito latino-americano e caribenho, a Conferência Mundial foi preparada por reuniões de âmbito nacional e pela Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (CRES/2008), organizada pelo Instituto de Educação Superior para América Latina e o Caribe (IESALC/UNESCO), e cuja Declaração se publica na Seção Documentos desta edição da revista.

A Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe aconteceu em 2008 e teve entre suas intenções a identificação das demandas da América Latina e do Caribe com vistas à participação na Conferência Mundial de 2009. A leitura do documento da CRES/2008 nos oferece uma visão ampla de perspectivas contextuais e doutrinárias, em que se insere o debate sobre as políticas e a gestão da educação superior. Se entendermos as políticas públicas de um determinado setor, neste caso a educação, como uma representação que baliza suas fronteiras, sua configuração, seu lugar na sociedade, enfim, como uma representação de certa relação com o mundo – e não como um conjunto de intervenções para a solução de *problemas* – o conteúdo da Declaração da CRES/2008 também pode ser lida como emblemático de relevantes representações que circulam no espaço de embates políticos acerca do agir sobre o *real* da educação e da educação superior, como preconiza P. Muller em sua obra *Les politiques publiques*, Paris, PUF, 2006.

Ainda pensando no espaço conflituoso de deliberação pública acerca das políticas de Estado para a educação, tão característico em sociedades democráticas, temos que lembrar que o Brasil se prepara para a realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010, que compreende um amplo programa de debates e encontros municipais, intermunicipais e estaduais no transcurso de 2009. O tema central da CONAE – *Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação* – vem estimulando a realização de uma série de estudos e pesquisas nessa área, dos quais é ilustrativo o artigo sobre planejamento da educação nacional do professor Carlos Roberto Jamil Cury que abre este número da revista. A CONAE, como espaço democrático de deliberação política, conta com a decisiva participação da sociedade civil organizada no campo da educação. Nesse contexto, a ANPAE, ao lado de nossas associações acadêmicas congêneres – ANPED, ANFOPE, CEDES, FORUMDIR – e outras entidades político-pedagógicas do país, como a CNTE e o ANDES, participa ativamente de sua organização e desenvolvimento, tanto em nível nacional como local. O próprio Simpósio Brasileiro de Vitória, que tem como tema central o direito à educação cidadã e o papel do Estado e da sociedade civil para garanti-lo, guarda relação com o movimento nacional em prol de uma educação de qualidade para todos assegurada ao longo da vida.

E a trilha continua.

Com estes antecedentes, passamos a situar os artigos que integram este número inicial do volume 25 na *trilha* que o periódico da ANPAE tem seguido ao longo dos anos. Talvez seja mais apropriado falar em *trilhas*, para melhor expressar o leque de temáticas contempladas na revista, do qual este número também é ilustrativo.

Carlos Roberto Jamil Cury, com o texto *Por um Plano Nacional de Educação: nacional, federativo, democrático e efetivo*, percorre os caminhos da reflexão sobre o planejamento da educação e a organização da educação brasileira. A partir de um preâmbulo que situa contextos históricos e institucio-

nais de planos nacionais de educação e da implicação do Conselho Federal/Nacional de Educação nesta matéria, discute a elaboração de um novo Plano Nacional de Educação (PNE). Partindo de perguntas que remetem a uma minuciosa avaliação do que foi realizado e não realizado na vigência do atual PNE, demarca territórios que delimitam as políticas públicas de educação – a organização federativa do país e a organização nacional da educação –, a partir dos quais aponta desafios para a elaboração de um PNE que seja merecedor dos adjetivos que se encontram no título do artigo.

Na trilha da educação superior, este número publica quatro artigos dedicados às políticas públicas e a temas de organização e administração universitária. No texto *O ensino superior da Europa e sua relação com a América latina: a cooperação entre Portugal e Brasil*, Ana Isabel Madeira navega por cenários – espaço europeu de educação superior, relações entre a União Européia e América Latina, cooperação Brasil/Portugal – da internacionalização da educação superior através do engajamento da União Européia, com ênfase para a posição de Portugal. Tendo em conta estes cenários, a autora desenvolve reflexões originais de ordem teórico-metodológica, as quais nos encaminham a (re)pensar a investigação comparada com base em elementos extraídos dos discursos associados à internacionalização do espaço europeu de educação superior.

Os incertos caminhos da educação superior no turno da noite no Brasil são explorados por Armando Terribili Filho e Ana Clara Bortoleto Nery em *Ensino superior noturno no Brasil: história, atores e políticas*, onde se evidenciam dados de uma oferta crescente que não se faz acompanhar de políticas específicas da mesma estatura para este turno. Um panorama histórico da educação superior e do ensino noturno, traços definidores do estudante e atuação do docente no ensino superior noturno são elementos que compõem o texto e que sustentam recomendações no sentido de que as políticas públicas e institucionais atentem para essas circunstâncias e características na oferta educacional.

Na vereda dos trabalhos que focalizam a atuação ou influência de organismos internacionais nas políticas educacionais, Maria Creusa de Araújo Borges, em *A educação superior numa perspectiva comercial: a visão da Organização Mundial do Comércio* escrutina o *modus operandi* e as concepções da OMC referentes à educação. O texto busca explicitar diferentes intenções reunidas nas propostas de incluir a educação como um serviço passível de regulação como mercadoria, todas elas, como diz a autora, colocando em xeque a compreensão da educação como bem público e como direito humano fundamental.

No artigo *Mudança institucional na educação superior: estudo de caso de um centro universitário*, Adriana Rivoire Menelli de Oliveira percorre trajetórias de mudanças institucionais de um centro universitário. Este último trabalho da seção sobre educação superior é ilustrativo de estudos de caso sobre organização e gestão de instituições de ensino superior hoje em desenvolvimento no país. Este estudo descreve todo um processo de reorganização de um centro universitário brasileiro, buscando dar relevo a

perspectivas teóricas e práticas que embasaram o processo, principalmente o planejamento estratégico.

Contamos em seguida com dois artigos que se situam na trilha dos estudos que tratam da participação na gestão da educação. No texto *Democratização da gestão e atuação do diretor de escola municipal*, Marisa Schneckenenberg nos conduz a um olhar sobre a gestão da escola, tendo em conta diferentes aportes teóricos e a exposição de depoimentos e outros achados de pesquisa realizada em escolas municipais de Irati, no Paraná. A autora destaca o modo de escolha *vis-à-vis* a forma de atuação dos diretores de escola, indagando-se, principalmente, sobre a circunscrição da autonomia escolar.

Uma abordagem que nos leva a atentar para formas de gestão da educação e da escola que vêm sendo adotadas desde a legislação autoritária do regime militar é um dos elementos que merecem destaque no artigo *Gestão da educação e dialogicidade problematizadora*, de Paschoal Quaglio. Para além da constatação da relação formalista e hierárquica entre órgãos administrativos do sistema de ensino e escolas e entre professores e diretores, supervisores e coordenadores na rede estadual de São Paulo, o autor propõe o diálogo problematizador como princípio e atitude para decisões cooperativas.

Finalmente, encontramos mais uma trilha na seção Entrevista, que aborda os referenciais, desafios e percursos de implantação de reformas educacionais em Portugal. Angela Maria Martins realizou uma entrevista com o professor João Barroso, da Universidade de Lisboa, em torno das *Reformas recentes da educação em Portugal: uma discussão de contexto*. No relato da entrevista, João Barroso trata de proposições de reforma nas políticas de educação superior e de educação básica em Portugal nos anos 2000. Com a demonstração de um profundo conhecimento de vias que têm sido seguidas por estas reformas, João Barroso narra uma situação educacional descontínua, diferenciada, historicamente referenciada e com uma ampla gama de orientações a serem efetivadas.

Ao convidarmos nossos leitores a juntar-se aos autores para o debate em torno dos temas aqui apresentados, deixamos um agradecimento especial aos colaboradores editoriais deste número e, especialmente, aos autores que nos abriram novas trilhas a partir da trilha histórica que inauguramos nos idos de 1983. Confiamos que o debate em torno das contribuições aqui publicadas será uma maneira construtiva de celebrarmos o vigésimo quinto aniversário da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação.

Nalú Farenzena
Editora Associada

Maria Beatriz Luce
Editora

Benno Sander
Presidente do Conselho Editorial